



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 24ª RE

2º Simulado Especial

TRT MS

**Analista Judiciário - Área Judiciária
Sem Especialidade - Pós-Edital**

Simulado

2º Simulado Especial TRT-MS (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRT-MS**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/p1zozeALisWNt7pi8>

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) (E) | 13 - (A) (B) (C) (D) (E) | 25 - (A) (B) (C) (D) (E) | 37 - (A) (B) (C) (D) (E) | 49 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) (E) | 14 - (A) (B) (C) (D) (E) | 26 - (A) (B) (C) (D) (E) | 38 - (A) (B) (C) (D) (E) | 50 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) (E) | 15 - (A) (B) (C) (D) (E) | 27 - (A) (B) (C) (D) (E) | 39 - (A) (B) (C) (D) (E) | 51 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) (E) | 16 - (A) (B) (C) (D) (E) | 28 - (A) (B) (C) (D) (E) | 40 - (A) (B) (C) (D) (E) | 52 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) (E) | 17 - (A) (B) (C) (D) (E) | 29 - (A) (B) (C) (D) (E) | 41 - (A) (B) (C) (D) (E) | 53 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) (E) | 18 - (A) (B) (C) (D) (E) | 30 - (A) (B) (C) (D) (E) | 42 - (A) (B) (C) (D) (E) | 54 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) (E) | 19 - (A) (B) (C) (D) (E) | 31 - (A) (B) (C) (D) (E) | 43 - (A) (B) (C) (D) (E) | 55 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) (E) | 20 - (A) (B) (C) (D) (E) | 32 - (A) (B) (C) (D) (E) | 44 - (A) (B) (C) (D) (E) | 56 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) (E) | 21 - (A) (B) (C) (D) (E) | 33 - (A) (B) (C) (D) (E) | 45 - (A) (B) (C) (D) (E) | 57 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) (E) | 22 - (A) (B) (C) (D) (E) | 34 - (A) (B) (C) (D) (E) | 46 - (A) (B) (C) (D) (E) | 58 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) (E) | 23 - (A) (B) (C) (D) (E) | 35 - (A) (B) (C) (D) (E) | 47 - (A) (B) (C) (D) (E) | 59 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) (E) | 24 - (A) (B) (C) (D) (E) | 36 - (A) (B) (C) (D) (E) | 48 - (A) (B) (C) (D) (E) | 60 - (A) (B) (C) (D) (E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Assinale a frase que não mostra um vocábulo substantivado.

- a) O inesperado às vezes surpreende positivamente.
- b) Ela aceitou os porquês da decisão sem questionar.
- c) O correto é respeitar as opiniões alheias.
- d) A saúde é fundamental para o bem-estar.
- e) Nunca entendi o talvez nas palavras dele.

02. A frase em que o advérbio formado com o sufixo -mente mostra sentido de tempo, é:

- a) Ele agiu sabiamente na situação delicada.
- b) Eles chegaram pontualmente ao encontro.
- c) A música tocava incansavelmente durante a festa.
- d) Ela respondeu tranquilamente ao desafio.
- e) O artista falou claramente sobre suas inspirações.

03. Em todas as frases abaixo, o autor procurou meios de não repetir a mesma palavra de forma idêntica. Assinale a opção em que o processo utilizado foi identificado incorretamente.

- a) O médico examinou o paciente. Depois, encaminhou-o ao especialista. / Substituição por pronome pessoal.
- b) O medo de errar paralisa, mas devemos arriscar. Todos o sabem. / Substituição por pronome demonstrativo.
- c) O livro que li ontem é fascinante. / Substituição por pronome relativo.
- d) A consulta será pela manhã, único período quando estarei disponível. / Substituição por pronome relativo.
- e) A meta foi estabelecida e sua execução é essencial. / Substituição por conjunção.

04. Assinale a opção que apresenta a frase em que o acento grave indicativo da crase está mal-empregado.

- a) O curso foi adaptado às necessidades dos alunos.
- b) Dirigiu-se àquela sala para a reunião.
- c) A dedicação à caridade era admirável.
- d) Ele foi à praia de bicicleta descansar do dia à dia.
- e) Estava atento às explicações da professora.

05. A expressão “por que” aparece frequentemente com diferentes usos. Assinale a frase que apresenta um uso diferente das demais.

- a) Quero entender por que você não veio ontem.
- b) É difícil saber por que alguns desistem facilmente.
- c) Indaguei por que ele saiu e tudo foi explicado.
- d) Não sei por que ele chorou tanto.
- e) Pergunto o motivo por que você insiste nisso.

06. As frases a seguir apresentam uma forma de diminutivo. Assinale a frase em que o valor do diminutivo é diferente do das demais.

- a) Ele guardou com carinho o bilheteinho.
- b) O rapaz mostrou um sorrisinho malicioso.
- c) A casinha, de apenas dois cômodos, tinha uma árvore ao lado.
- d) A ideia parece bonitinha, mas não funciona.
- e) Ganhei um presentinho no meu aniversário.

07. Assinale a frase em que o vocábulo mais tem valor diferente do das demais opções.

- a) Ele é o mais inteligente da classe.
- b) Hoje mais pessoas estão buscando terapias alternativas.
- c) O treinamento é mais efetivo quando personalizado.
- d) A comida era mais saborosa do que esperávamos.
- e) A bicicleta mais antiga foi reformada.

08. Assinale a frase em que houve troca indevida entre todo/todo o.

- a) Todo o esforço foi recompensado posteriormente.
- b) Ela se dedicava todo dia à leitura dos clássicos.
- c) Todo o dia foi dedicado ao curso de Português.
- d) O casal viajou todo o fim de semana.
- e) Apesar de triste, todo velório foi bem organizado.

09. “Se você não economizar agora, no futuro terá problemas financeiros.”

O argumento acima exemplifica uma estratégia de:

- a) sedução;
- b) comoção;
- c) intimidação;
- d) provocação;
- e) confusão.

10. “Uma decisão ponderada vale mais do que um ato impulsivo.”

Sobre o texto acima, não é uma inferência válida:

- a) Valoriza a reflexão como elemento essencial para boas escolhas.
- b) Sugere que a impulsividade pode levar a consequências negativas.
- c) Aponta que toda decisão impulsiva é prejudicial.
- d) Destaca a importância de ponderar antes de agir.
- e) Contrapõe dois estilos de tomada de decisão.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Em um curso presencial de Raciocínio Lógico, $\frac{3}{5}$ dos alunos matriculados são homens. Em um determinado dia de aula, $\frac{2}{3}$ dos homens e $\frac{4}{5}$ das mulheres compareceram, totalizando 180 alunos presentes.

O total de homens matriculados é:

- a) 100
- b) 125
- c) 150
- d) 200
- e) 250

12. A negação da proposição "Todos os alunos tiraram mais que oito na prova" é:

- a) Todos os alunos tiraram menos que oito na prova.
- b) Todos os alunos tiraram oito na prova.
- c) Algum aluno tirou oito na prova.
- d) Algum aluno tirou menos que oito na prova.
- e) Algum aluno tirou oito ou menos na prova.

13. Seis pessoas, Arnaldo, Bernaldo, Cernaldo, Dernaldo, Ernaldo e Fernaldo, estão sentadas em uma mesa circular. Arnaldo está sentado imediatamente à direita de Bernaldo, que por sua vez está de frente a Cernaldo. Dernaldo está imediatamente à direita de Ernaldo, que está em frente a Arnaldo. A pessoa que está imediatamente à esquerda de Fernaldo é:

- a) Arnaldo
- b) Bernaldo
- c) Cernaldo
- d) Dernaldo
- e) Ernaldo

14. A grandeza X é diretamente proporcional à grandeza Y e inversamente proporcional à grandeza Z. Sabe-se que quando o valor de Y é o triplo do valor de Z, o valor de X é 15.

Quando Y vale 216 e Z vale 30, o valor de X é:

- a) 18
- b) 25
- c) 36
- d) 42
- e) 48

15. Arnaldo, Bernaldo, Cernaldo, Dernaldo, Elizete, Fabíola e Gina serão sorteados para compor uma comissão de 4 pessoas da seguinte forma: serão sorteados 2 dentre os 4 homens, e 2 dentre as 3 mulheres.

A chance de Bernaldo ser sorteado para compor a comissão com Elizete é igual a

- a) 1/2
- b) 2/5
- c) 3/7
- d) 1/3
- e) 1/4

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

16. Com base no Regimento Interno, quem tem legitimidade para suscitar um conflito de competência ou de atribuições?

- a) Apenas as autoridades judiciárias envolvidas no conflito.
- b) Somente as partes diretamente interessadas no processo.
- c) Qualquer das autoridades judiciárias ou administrativas conflitantes, a parte interessada ou o Ministério Público do Trabalho.
- d) Apenas o Ministério Público do Trabalho, como fiscal da lei.
- e) Apenas o Presidente do Tribunal, de ofício.

17. Com base no Regimento Interno, o instituto da correição parcial pode ser utilizado em situações específicas relacionadas a erros de procedimento praticados por magistrados de primeiro grau. Vamos avaliar os aspectos principais: Em que prazo

deve ser apresentada a correição parcial contra atos de magistrados de primeiro grau?

- a) 5 dias úteis, contados a partir da ciência do ato impugnado.
- b) 8 dias corridos, contados a partir do dia útil seguinte à ciência do ato impugnado, caso esta ocorra em dia não útil.
- c) 8 dias úteis, contados exclusivamente em dias úteis.
- d) 10 dias corridos, contados da data do ato.
- e) Não há prazo definido, desde que haja erro de procedimento.

18. Caso o cargo de Presidente do Tribunal fique vago, quem assume a Presidência?

- a) O desembargador mais antigo do Tribunal, automaticamente.
- b) O Vice-Presidente, enquanto o cargo de Vice-Presidente será ocupado pelo magistrado mais antigo que ainda não o tenha exercido.
- c) O magistrado mais votado em nova eleição extraordinária para o cargo.
- d) O Presidente anterior, até a realização de nova eleição.
- e) O Tribunal Pleno designará, por votação, um novo Presidente interino.

19. Com base no Regimento Interno, quais dos seguintes atos exige o voto de **dois terços** dos Desembargadores do Tribunal Pleno?

- a) A eleição dos cargos de direção.
- b) A recusa de promoção por antiguidade de Juiz do Trabalho Substituto ou Juiz Titular de Vara.
- c) A indicação para promoção por merecimento de Juiz do Trabalho Substituto.
- d) A votação do Regimento Interno do Tribunal.
- e) A elaboração de listas tríplices para compor o Tribunal.

20. De acordo com os dispositivos apresentados, qual regra se aplica à composição do quórum de julgamento em uma Turma no caso de ausência, impedimento ou suspeição de seus membros?

- a) O Presidente da Turma deve substituir automaticamente os membros ausentes.
- b) Será designado, preferencialmente, o Vice-Presidente do Tribunal para compor o quórum.
- c) Sempre será designado um Juiz Titular de Vara, independentemente da disponibilidade de outros Desembargadores.
- d) A composição do quórum deve ser feita exclusivamente por membros de outras Turmas.
- e) O processo é suspenso até que todos os membros regulares da Turma estejam disponíveis.

21. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal, o Presidente do Tribunal possui prerrogativas específicas quanto ao exercício do voto. Em qual das seguintes situações ele estaria autorizado a votar?

- a) Apenas para formar maioria em qualquer decisão colegiada.
- b) Em incidentes de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- c) Em todas as matérias, independentemente da natureza do tema discutido.
- d) Apenas em matérias administrativas e nunca em questões jurisdicionais.
- e) Sempre que desejar expressar sua opinião, independentemente da relevância ou do contexto.

22. No caso de vacância do cargo de Presidente do Tribunal, qual procedimento deve ser adotado se a vacância ocorrer durante o segundo ano de mandato, conforme o Regimento Interno?

- a) Realizar nova eleição em até 10 dias para eleger um novo Presidente que complete o mandato.

b) O Vice-Presidente assume automaticamente o cargo de Presidente, sem substituição para a Vice-Presidência.

c) O Vice-Presidente assume a Presidência, e a Vice-Presidência passa a ser ocupada pelo integrante mais antigo, salvo recusa aprovada pelo Pleno.

d) A direção do órgão permanece incompleta até o término do mandato do Presidente anterior.

e) Realizar eleição apenas para o cargo de Vice-Presidente, pois a Presidência já está definida pelo Vice.

23. Conforme o Regimento Interno, os processos no Tribunal são julgados preferencialmente em sessão virtual. Em qual das situações abaixo o processo **não poderá ser julgado** em sessão virtual?

a) Quando o relator não faz nenhuma observação quanto à inclusão do processo em pauta virtual.

b) Quando um desembargador destaca o processo, solicitando julgamento em sessão presencial.

c) Quando nenhuma das partes ou o Ministério Público solicita acompanhamento presencial até 24 horas antes do início da sessão virtual.

d) Quando houver pedido de sustentação oral, mas em matéria expressamente vedada pelo Regimento Interno.

e) Quando nenhuma solicitação é feita pelas partes ou pelo Ministério Público, mesmo após o processo ser inserido na pauta virtual.

24. Com base no Regimento Interno, em quais situações os processos **independem de publicação e inclusão em pauta** para julgamento no Tribunal?

- a) Apenas nos habeas corpus e nos embargos de declaração.
- b) Nos habeas corpus, nos embargos de declaração, nas exceções de impedimento ou suspeição e nos conflitos de competência.
- c) Apenas nas homologações de acordo em dissídio coletivo, conforme disposição expressa do Regimento.
- d) Em qualquer tipo de processo em que se alegue urgência, independentemente de previsão regimental.
- e) Apenas em processos que envolvam conflitos de competência entre órgãos do Tribunal.

25. Com base no Regimento Interno, como deve ser realizado o processo de assinatura e publicação de acórdãos no Tribunal?

- a) Apenas o relator poderá assinar o acórdão, e ele será publicado diretamente no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho sem necessidade de envio à Secretaria.
- b) O acórdão será assinado pelo relator ou pelo redator designado, e, em casos de impossibilidade, pelo revisor ou outro magistrado cujo voto coincida com o do relator.
- c) Nos autos físicos, o acórdão não pode ser assinado digitalmente, sendo obrigatória a assinatura física do relator.
- d) A republicação de um acórdão pode ser feita a qualquer momento, independentemente de despacho do Presidente ou da Turma.
- e) No Sistema PJe-JT, o acórdão deve ser assinado manualmente pelo relator antes de ser disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

26. A cultura organizacional pode ser definida como:

- a) O conjunto de máquinas e equipamentos utilizados pela organização.
- b) O conjunto de valores, crenças e normas que orientam o comportamento dos membros de uma organização.
- c) A estrutura hierárquica da organização.
- d) O conjunto de produtos e serviços oferecidos pela organização.
- e) O conjunto de leis e regulamentos que regem a organização.

27. Qual das seguintes ferramentas **NÃO** é comumente utilizada na gestão da qualidade?

- a) Diagrama de Ishikawa (Espinha de Peixe).
- b) Fluxograma.
- c) Histograma.
- d) Diagrama de Pareto.
- e) Organograma.

28. A abordagem burocrática da administração, proposta por Max Weber, enfatiza:

- a) A flexibilidade e a informalidade nas relações de trabalho.
- b) A importância da criatividade e da inovação na gestão.
- c) A ênfase na estrutura hierárquica, na formalidade e na impessoalidade.
- d) A participação dos funcionários nos processos decisórios.
- e) A adaptabilidade da organização às mudanças do ambiente externo.

29. Na gestão de pessoas, o equilíbrio organizacional se refere à:

- a) Capacidade da organização de se adaptar às mudanças do ambiente externo.
- b) Igualdade de gênero na composição da força de trabalho.
- c) Harmonia entre os objetivos organizacionais e as necessidades dos funcionários.
- d) Distribuição equitativa dos lucros da organização entre os funcionários.
- e) Eliminação de conflitos no ambiente de trabalho.

30. A administração pública no Brasil passou por diversas reformas após 1930. Qual das alternativas abaixo representa uma característica da Nova Gestão Pública?

- a) Ênfase na burocracia e na centralização do poder.
- b) Foco no controle rígido e na punição.
- c) Desvalorização da eficiência e da qualidade dos serviços públicos.
- d) Orientação para o cidadão e busca por resultados.
- e) Resistência à inovação e à modernização.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

31. Durante sua gestão, um prefeito de um município comprometeu-se a priorizar a mobilidade urbana e a segurança pública, com foco na ampliação da infraestrutura e modernização dos serviços. Após estudos preliminares, definiu-se:

- Para a mobilidade urbana, serão realizadas obras de construção de ciclovias e ampliação do sistema de transporte público, além da modernização dos semáforos e instalação de faixas exclusivas para ônibus.
- Para a segurança pública, serão construídas novas delegacias e implementados sistemas de

videomonitoramento em pontos estratégicos da cidade, com treinamento e investimentos específicos para a Guarda Municipal.

Para que essas ações sejam incorporadas formalmente aos instrumentos de planejamento do município, é necessário que:

- a) As ações sejam diretamente vinculadas à Lei Orçamentária Anual, garantindo os recursos para sua execução.
- b) Os objetivos sejam inseridos no Plano Plurianual como programas finalísticos para o período de abrangência do plano.
- c) As metas sejam exclusivamente vinculadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, para assegurar sua prioridade na alocação de recursos.
- d) As propostas sejam inseridas como programas específicos na Lei Orgânica do Município, com previsão de execução anual.
- e) As ações sejam destacadas como metas prioritárias no orçamento da seguridade social do município.

32. O órgão legislativo, ao apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025 de um ente público, aprovou as propostas de emendas no limite de 2% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), observando que metade desse percentual deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde, com base na:

- a) média da RCL dos três últimos exercícios financeiros.
- b) RCL do exercício de 2023.
- c) RCL do exercício de 2024.
- d) RCL do exercício de 2022.
- e) RCL consolidada até o segundo quadrimestre do exercício anterior.

33. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), a classificação da receita por natureza é adotada por todos os entes federativos e busca identificar a origem do recurso público, considerando o fato gerador, ou seja, o acontecimento que gerou o ingresso nos cofres públicos. Com base nessa classificação, a “Origem” da receita será utilizada para registrar os recursos arrecadados com:

- a) a venda de bens móveis desativados.
- b) os juros sobre aplicações financeiras.
- c) a devolução de recursos de adiantamentos não utilizados.
- d) a alienação de ativos imobilizados.
- e) outras receitas correntes.

34. Uma entidade pública sofreu danos em sua sede administrativa devido a um incêndio. Após a avaliação técnica e o acionamento do seguro, foi confirmada a indenização pela seguradora, conforme os termos da apólice contratada. Nesse contexto, a receita oriunda da indenização recebida pela entidade:

- a) deve ser obrigatoriamente utilizada para a reconstrução ou reparo da sede administrativa.
- b) não interfere na apuração da receita primária do ente público.
- c) não pode ser destinada ao pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.
- d) é uma receita cuja característica não permite o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como multas previstas em legislações específicas.
- e) é classificada como receita extraorçamentária, devendo ser devolvida caso não seja aplicada no fim específico.

35. Com a expectativa de uma crescente pressão sobre o orçamento público em 2026, o governador de um estado, com apoio da Secretaria de Fazenda, deve acompanhar, conforme a Lei nº 4.320/1964:

- a) as despesas de pessoal em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- b) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e os investimentos em relação à amortização da dívida pública;
- c) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- d) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- e) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/202*André Rocha*

36. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) deve propor a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 anos.
- b) Nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores no quadro de pessoal, deve ser observada a lotação mínima na unidade de sustentabilidade de dois servidores.
- c) São competências da Comissão Gestora, entre outras, elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.
- d) As ações de sustentabilidade são parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- e) Deliberar sobre os indicadores e metas do PLS é uma competência das unidades de sustentabilidade.

37. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A unidade de sustentabilidade deve ter caráter transitório para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.
- b) Os resultados alcançados pelo órgão, referentes aos indicadores constantes do Anexo da Resolução devem ser inseridos no PLS-Jud, obedecidos os seguintes prazos: i) para os dados mensais, até o dia 30 do mês subsequente ao mês-base; e ii) para

os dados anuais até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente ao ano-base.

- c) O STF disponibilizará modelo de PLS que poderá ser utilizado pelos órgãos do Poder Judiciário.
- d) A Comissão Gestora do PLS deverá ser presidida pelo(a) Presidente(a) do órgão do Poder Judiciário e composta por, no mínimo, 5 (cinco) servidores(as) titulares de unidade, abrangendo, as áreas de gestão estratégica, sustentabilidade e compras ou aquisições.
- e) A unidade de sustentabilidade deve ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.

GESTÃO DE RISCO E CONTROLE INTERNO*Guilherme Santanna*

38. Destaca a importância de considerar os riscos tanto no processo de estabelecimento da estratégia quanto na melhoria da performance (ou desempenho) O texto acima refere-se ao modelo de gestão de riscos conhecido como:

- a) COSO II – ERM (2004)
- b) COSO GRC (2017)
- c) ISO 31000
- d) The Orange book
- e) Três linhas de defesa.

39. O COSO é uma entidade privada sem fins lucrativos e com objetivo de aperfeiçoar a qualidade de relatórios financeiros, em especial quanto à ocorrência de fraudes. Nesse contexto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em 2004, o COSO publicou o COSO ERM ou COSO II. Esse modelo, foi projetado com o objetivo de orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema
- b) De acordo com o COSO II, a estrutura de gerenciamento de riscos é orientada a fim de alcançar os objetivos de uma organização, classificados em quatro categorias: estratégicos, operações, comunicação e conformidade
- c) A versão 2013 do COSO *Internal Control — Integrated Framework* define a relação existente entre controle interno, gestão de riscos corporativos e a governança corporativa.
- d) O modelo COSO-ERM, ao orientar a aplicação de um processo de gestão de riscos corporativos, substitui o modelo COSO-IC pela inclusão de componentes e elementos adicionais que asseguram a realização de todas as atividades necessárias.
- e) O framework proposto pelo COSO para a Estrutura Integrada de Controles Internos é flexível e deve ser adaptado para a realidade de cada organização.

40. Sobre os componentes da estrutura de controles internos, analise os itens a seguir:

- I. a avaliação de risco é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco.
- II. as informações produzidas pelo órgão ou entidade devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os funcionários e servidores cumpram suas responsabilidades,

inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno.

- III. o monitoramento é obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os demais componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) I apenas

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AVANÇADOS**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

41. Os Remédios constitucionais são garantias instrumentais destinadas à proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema e de acordo com o ordenamento jurídico vigente e a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) Todo cidadão é legitimado para propor Ação Civil Pública, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) O Mandado de Segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- c) O *habeas data* é o remédio constitucional gratuito usado para garantir a liberdade de locomoção das pessoas.
- d) A ação popular é o remédio constitucional cabível diante de uma omissão legislativa do Poder Público, que torna inviável o exercício de um direito fundamental.
- e) Os remédios constitucionais não são considerados limites materiais ao exercício do Poder de Reforma.

42. Lucca nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui residiam e trabalham na embaixada da Itália. Cerca de três anos após o nascimento, Lucca e sua família passaram a morar na Itália.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que Lucca

- a) é estrangeiro, pois seus pais são estrangeiros.
- b) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.
- c) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.
- d) pode se naturalizar brasileiro caso venha a residir por mais de 10 (dez) anos no território brasileiro;
- e) será brasileiro nato, caso opte por essa nacionalidade ao completar 18 (dezoito) anos de idade.

43. Determinada temática está sujeita à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao realizar essa constatação, Ana, deputada estadual que pretendia apresentar uma proposição legislativa sobre a referida temática, concluiu corretamente que:

- a) as normas específicas editadas pelo estado preponderam sobre as normas nacionais editadas pela União;
- b) os municípios não podem incursionar na temática, mesmo para suplementar normas da União ou do estado;
- c) os entes federativos podem legislar livremente sobre a temática, que irá vigor no respectivo nível federativo;
- d) a superveniência de norma geral da União, que colida com norma estadual, não revoga esta última, apenas suspende a sua eficácia;
- e) as normas gerais editadas pelo estado devem ser observadas pelos municípios situados em seu território, mas são preteridas pelas normas gerais da União.

44. O Estado Beta editou norma sobre regras do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Militar, fixando limite máximo de vagas para candidatas do sexo feminino.

Diante do exposto e da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

- a) constitucional, por observância ao princípio da razoabilidade;
- b) inconstitucional, por violação ao princípio da impessoalidade;
- c) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia;
- d) constitucional, por observância ao princípio da isonomia;
- e) inconstitucional, por violação ao princípio da moralidade.

45. João, até então advogado, torna-se desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, após a observância de todas as formalidades constitucionais e legais inerentes ao mecanismo do quinto constitucional (1/5 dos lugares dos Tribunais será composto por membros oriundos do Ministério Público e de advogados).

Nesse cenário, é correto afirmar que João fará jus à:

- a) vitaliciedade, automaticamente, a partir da investidura no cargo;
- b) estabilidade, automaticamente, a partir da investidura no cargo;
- c) vitaliciedade, após o estágio de vitaliciamento de dois anos;
- d) estabilidade, após o estágio probatório de três anos;
- e) vitaliciedade, após o estágio probatório de três anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

46. Um servidor público federal, durante o horário de expediente, foi flagrado utilizando o computador da repartição para realizar atividades particulares, como o envio de e-mails relacionados a sua empresa pessoal. Após a ocorrência ser constatada, o chefe imediato relatou o caso à autoridade competente, que instaurou um processo administrativo disciplinar (PAD). Após a análise do caso, a autoridade aplicou, dentro dos limites legais, uma advertência, justificando que a infração foi de menor gravidade. Com base nos conceitos de poder disciplinar e suas características, é correto afirmar que:

- a) o chefe imediato não estava obrigado a reportar o caso à autoridade competente, pois o poder disciplinar é sempre discricionário e depende de conveniência administrativa.
- b) a escolha da penalidade aplicada, no caso é um exemplo de discricionariedade administrativa, desde que respeitados os limites legais e fundamentada a decisão, ressalvados os casos em que a legislação define expressamente a única pena a ser imposta.
- c) a aplicação da sanção disciplinar está vinculada ao poder de polícia, pois a conduta do servidor impacta a ordem pública e o uso de bens da coletividade.
- d) a discricionariedade no poder disciplinar autoriza a autoridade competente a decidir livremente sobre a gradação da pena, mesmo que não haja fundamentação.
- e) caso a autoridade competente opte por não aplicar nenhuma sanção ao servidor, essa decisão é legítima, desde que esteja de acordo com o princípio da conveniência administrativa.

47. Durante uma operação policial para reprimir atividades de um grupo criminoso em uma comunidade urbana, um morador foi atingido por um disparo fatal. A perícia realizada no local não conseguiu determinar de forma conclusiva se o disparo partiu da arma de um policial ou de membros do grupo criminoso. Os familiares da vítima acionaram judicialmente o Estado, pleiteando indenização por danos morais e materiais, com base na responsabilidade civil do ente público. Com base no entendimento do STF e na teoria do risco administrativo, é correto afirmar que:

- a) em operações de segurança pública, será subjetiva a responsabilidade civil do Estado quando não for possível afastá-la pelo conjunto probatório, sendo vedado arguir causas excludentes de ilicitude.
- b) o Estado fica isento de responsabilidade, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública.
- c) é ônus probatório dos representantes legais da vítima demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil estatal.
- d) o Estado não possui dever específico de adotar as cautelas necessárias para preservar a vida e a integridade física dos moradores da região impactada, prevalecendo a necessidade de combater o crime organizado.
- e) a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

48. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que José

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a quatorze anos.
- b) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- c) entre outras sanções, poderá ser condenado à proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatorze anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- d) poderá perder a função pública, sendo que a penalidade somente produzirá os efeitos com a confirmação da pena em segunda instância.
- e) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

49. Ana é servidora pública federal e exerce cargo de professora universitária. Buscando aumentar os seus rendimentos mensais, prestou novo concurso, dessa vez para atuar como professora do ensino médio, na rede estadual, obtendo êxito na aprovação e nomeação. Todavia, considerando que estava perto de sua aposentadoria no cargo federal, Ana questionou um especialista sobre a possibilidade de acumulação das remunerações dos cargos e, posteriormente, sobre a possibilidade de acumulação de proventos da aposentadoria.

Tendo em vista a previsão da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal, o especialista respondeu corretamente que:

- a) Ana deverá optar por um dos cargos, uma vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando Ana se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo ou proventos de duas aposentadorias.
- d) caso Ana aposente-se em um cargo de professor, ainda poderá acumular os proventos dessa aposentadoria com a remuneração do outro cargo de professor na atividade.
- e) Ana poderia acumular, na atividade, o cargo efetivo com um cargo em comissão, se houvesse compatibilidade de horários.

50. Em uma auditoria realizada por um Tribunal de Contas sobre as contratações públicas de determinado órgão federal, constatou-se que o órgão não possuía práticas sistematizadas de gestão de riscos e controle preventivo. Além disso, foi identificado que informações sigilosas sobre contratações não foram disponibilizadas ao Tribunal, sob a justificativa de restrições baseadas na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) a ausência de práticas de gestão de riscos e controle preventivo pode ser tolerada se o órgão apresentar justificativa baseada nos custos elevados de implementação dessas práticas.
- b) apenas a terceira linha de defesa, composta pelo Tribunal de Contas, tem acesso irrestrito às informações sigilosas das contratações, sendo vedado o compartilhamento dessas informações com qualquer outro órgão.
- c) é responsabilidade da alta administração do órgão implementar práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, considerando custos e benefícios e priorizando relações íntegras e confiáveis.
- d) a justificativa do órgão em não compartilhar informações sigilosas com o Tribunal de Contas é válida, pois o sigilo das contratações públicas prevalece sobre o controle externo.
- e) a segunda linha de defesa, composta pelas unidades de assessoramento jurídico, é responsável exclusiva pela implementação das práticas de gestão de riscos e controle preventivo.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

51. Analise as assertivas a seguir a respeito das estabilidades e garantias provisórias no emprego:

- I. A garantia provisória atribuída aos dirigentes sindicais é limitada a sete titulares e sete suplentes.
- II. Empregada celetista que adotar um adolescente não fará jus à estabilidade constitucional assegurada às gestantes.
- III. Empregado eleito diretor-suplente de cooperativa criada pelos empregados é destinatário da estabilidade provisória no emprego.
- IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado indicado para compor comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

52. Pedro e Simão, trabalhadores no departamento de gestão de pessoas da sociedade empresária Alfa, discutiam acerca das regras aplicáveis aos trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento (TIR), sendo que Pedro afirmou corretamente que:

- a) a duração do trabalho se sujeita ao limite de oito horas diárias, salvo negociação coletiva.
- b) a duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada.
- c) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, facultada à negociação coletiva proceder exclusivamente à compensação de horários ou à redução da jornada.

d) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

e) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

53. João, empregado da sociedade empresária Beta, postulou junto a seu superior hierárquico, José, a alteração do seu regime de trabalho para o teletrabalho. José, reticente quanto ao pedido, indagou ao obreiro a respeito das regras atualmente aplicáveis, o qual respondeu corretamente que:

- a) a viabilidade jurídica do teletrabalho requer sua realização preponderantemente fora das dependências do empregador.
- b) o teletrabalho configura trabalho externo.
- c) o empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.
- d) a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto serão sempre do empregador, não se admitindo sua previsão em contrato por escrito.
- e) os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 6 anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.

54. Martins, professor de direito privado em determinada faculdade de Dourados/MS, durante uma aula para seus alunos a respeito das alterações do contrato de trabalho, asseverou corretamente que:

- a) o empregador pode determinar ao empregado que passe a laborar em outro local, exigindo-se que tal alteração não implique mudança de residência do empregado, em qualquer caso.
- b) empregado transferido permanentemente, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a adicional de transferência de no mínimo 25% do salário do empregado.
- c) não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- d) não se admite a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
- e) a reversão assegura ao empregado a manutenção do pagamento da gratificação de função correspondente, quando resultar de determinação patronal unilateral.

55. Determinada mineradora localizada em Urucum/MS, possui diversos empregados atuando em minas no subsolo. A respeito da situação jurídica destes trabalhadores, é INCORRETO afirmar que:

- a) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) semanais.
- b) Ao empregado no subsolo será fornecida, pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e aprovadas pelo Ministério do Trabalho.

- c) O tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.
- d) Em cada período de 3 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.
- e) O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície por motivo de saúde.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

56. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

57. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

58. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

59. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

60. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.

Discursiva

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a) em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b) quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c) quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d) quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
